

www.jurisfactum.com.br

AO ILMO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE

Referente:

CONTRARAZÕES A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO PRESENCIAL № 11/2022

JURIS FACTUM ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, empresa legalmente constituída com C.N.P.J nº 07.032.513/0001-32, com endereço na Rua Jamil Gebara, nº 1-55, Sala 01, Jd. América, cep 17017-150, telefone (14) 2109-6400 e ou (14) 99113-0701 , e-mail <u>andrea.salcedo@jurisfactum.com.br</u> , vem respeitosamente , apresentar <u>CONTRA RAZÕES</u> em virtude de Recurso Administrativo , interposto pela empresa HIGH SERVIÇOS DE **COMPLIANCE LTDA**, C.N.P.J nº 35.419.369/0001-18, nos termos legais, pela contra-razões de fato e de direito que serão a seguir apresentadas:

1- DA TEMPESTIVIDADE

O certame foi realizado na sede da Câmara no dia 18/11/2022 às 13: 00 horas e finalizado às 18:00 horas. Tendo sido aberto prazo para que a empresa recorrida enviasse via e-mail relatório anonimizado através de software DataDiscovery ou Similar, sendo portanto a sessão pública suspensa, com reabertura interna no dia 24/11/2022, onde através de ATA foi considerado o sistema apresentado como valido e pela equipe de apoio considerado de acordo.

Sendo nesta data aberta contagem para recurso o que foi feito pela recorrente e, em ato continuo a recorrida na data de 30/11/2022 foi intimada do referido recurso, razão pela qual, a presente contra-razões é tempestiva.











www.jurisfactum.com.br

2- DOS FATOS

O objeto da presente licitação é a contratação de consultoria especializada para adequação à Lei Federal nº 13.709/2018- Lei Geral de Proteção de Dados, com valor médio máximo de R\$ 134.600,00 (cento e trinta e quatro mil e seiscentos reais), sendo que foram apresentados os seguintes concorrentes: Juris Factum Assessoria Empresarial Ltda, Comp9, Leadcomm Comércio Importação e Exportação e a própria recorrente High Compliance.

Conforme podemos verificar na ata a empresa Leadcomm não pode participar da etapa de lances, pois havia falha na documentação de credenciamento, motivo pelo qual foram classificados a empresa Juris Factum, High Compliance e Comp9.

A) DO VALOR DE PROPOSTA DO RECORRIDO SER TOTALMENTE EXEQUÍVEL

Sendo que os valores dos envelopes de proposta foram:

- ✓ Juris Factum com valor de R\$ 17.000,00
- ✓ High Compliance com valor de R\$ 99.000,00 (declinou)
- ✓ Comp09 com valor de R\$ 112.337,66 (declinou)
- ✓ Leadcomm com valor de R\$ 134.600,00 (sem autorização de lance)

Em fase de lances, tanto a empresa High Compliance como a empresa Comp09 declinaram.

Juntou a recorrente pesquisas, tentando levar ao Poder Público ao erro e total prejuízo e consequente dano ao erário, pois conforme a própria comissão verificou e constou na ata, foi constatado que há diversas outras licitações que foram homologadas e adjudicadas por valores bem menores em relação ao mesmo objeto.

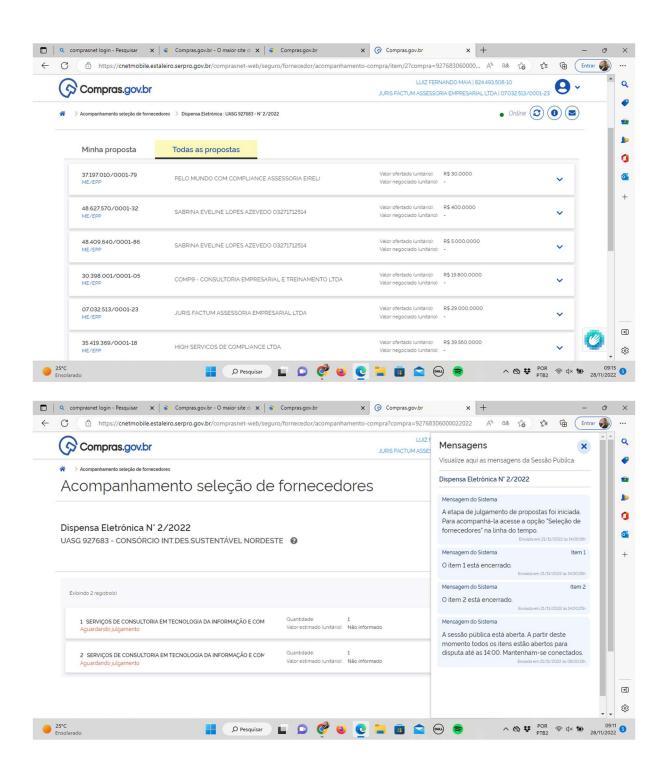
O contrato feito com a Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, com o mesmo objeto e com as mesmas etapas, s foi cumprido de forma integral pela empresa recorrida sem qualquer ressalva, sendo certo ainda que a estrutura é bem maior do que a da Câmara Municipal de Santa Barbará d'oeste.

Percebemos ainda, que a própria recorrente , recentemente , na data de a 18/11/2022 apresentou lance bem menor do que o lançado nesta licitação, conforme documentação abaixa no valor de R\$ 39.560,00:





www.jurisfactum.com.br













Desta forma, não assiste razão ao recorrente, sendo portanto o valor total exequível e comprovado não apenas pela própria comissão, mas também através desta contrarazões.

B) DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA RECORRIDA

Os atestados juntados pela recorrida, demonstram que a mesma cumpriu de forma integral os serviços desempenhados nas empresa Ecovita, Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, Thomriss, com objetos idêntico a este certame.

Desta forma, é claro que o serviço foi desempenhado na sua totalidade, não havendo portanto qualquer necessidade que seja o mesmo apresentado em porcentagem.

Alias, é claro que o sistema de porcentagem seria apenas e tão somente em caso de não conclusão de qualquer serviço que estaria sendo desempenhado e em virtude da necessidade de atestado, poderia os participantes fazê-lo através de porcentagem.

Veja, a própria comissão poderia e assim o fez, diligência ao atestados, inclusive o fez junto a Câmara Municipal de Itaquaquecetuba.

Razão não assiste o recorrente, pois a bem da administração pública o valor, assim como o próprio Edital orienta é o de menor preço, e desde que cumpridas todas as demais documentações necessárias, o que foi feito em sua totalidade pela recorrida Juris Factum.

Requer, que seja considerada o recurso interposto totalmente improcedente, requerendo ainda, que seja considerado a vencedora a empresa Juris Factum Assessoria Empresarial com a homologação e adjudicação do certame a seu favor.

Termos em que, cumpridas as necessárias formalidades legais, pede e espera-se

DEFERIMENTO

JURIS FACTUM ASSESSORIA EMPRESARIAL Andréa Salcedo Monteiro dos Santos Gomes OAB/SP 141.157









